

NATUBA-PB COMO *BLUEPRINT* TERRITORIAL: ENOTURISMO, EMPODERAMENTO E SUSTENTABILIDADE NO MEIO RURAL

1 INTRODUÇÃO

O empoderamento feminino emerge como dimensão estruturante do desenvolvimento sustentável. Em áreas rurais, a inserção das mulheres em cadeias produtivas turísticas e culturais tem gerado transformações nas dinâmicas sociais e econômicas locais, impulsionando autonomia, reconhecimento e inovação (Arias et al., 2023). Tais processos reforçam a noção de que o turismo, quando desenvolvido junto da justiça social, da governança local e da sustentabilidade, pode contribuir para o fortalecimento de territórios mais resilientes e inclusivos.

Nesse contexto, o enoturismo tem se destacado como uma estratégia capaz de integrar desenvolvimento econômico, valorização cultural e inclusão social, especialmente em regiões onde o protagonismo feminino vem ganhando espaço. No Brasil, experiências como as do Vale dos Vinhedos (RS) e do Vale do São Francisco (BA/PE) retratam como o enoturismo pode estruturar economias locais ao integrar a tradição vitivinícola, produção artesanal e hospitalidade territorial (Filipe et al., 2023). No contexto do nordeste, observa-se a emergência de iniciativas inovadoras em regiões menos tradicionais da viticultura, como é o caso de Natuba (PB), município que se destaca como o maior produtor de Uva Isabel da Paraíba. Nessa localidade, o enoturismo tem estimulado a consolidação de uma cadeia produtiva artesanal baseada no uso da fibra de bananeira, conduzida pelo grupo Fibrarte, uma iniciativa liderada por mulheres artesãs que transforma resíduos agrícolas em peças sustentáveis, promovendo inclusão, geração de renda e valorização dos saberes locais.

Diante desse contexto, a questão norteadora dessa pesquisa é: *Como o enoturismo tem promovido o empoderamento feminino em Natuba-PB por meio do artesanato com fibra de bananeira, configurando-se como um blueprint territorial de desenvolvimento rural sustentável?*

Deste modo, a pesquisa tem como objetivo analisar como o enoturismo tem promovido o empoderamento feminino em Natuba-PB por meio do artesanato com fibra de bananeira, configurando-se como um blueprint territorial de desenvolvimento rural sustentável.

A pesquisa se justifica por sua relevância científica ao contribuir com a ampliação do debate sobre as inter-relações entre enoturismo, economia criativa e empoderamento, bem como por sua pertinência social e territorial, ao oferecer subsídios para o fortalecimento de políticas direcionadas ao blueprint, além de práticas sustentáveis em contextos rurais. Ao compreender como essas dinâmicas se entrelaçam na realidade de Natuba-PB, este estudo pretende analisar com a construção de um blueprint territorial do desenvolvimento sustentável baseado no enoturismo e no protagonismo feminino, oferecendo estratégias replicáveis e adaptáveis a outros territórios com potencial para o turismo rural, cultural e criativo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de blueprint no contexto do desenvolvimento territorial sustentável emerge como um modelo sistêmico que integra dimensões econômicas, socioculturais e ambientais (Galvin et al., 2021). No âmbito do enoturismo, este modelo se consolida como estratégia capaz de articular três pilares fundamentais: (1) a base produtiva vitivinícola enquanto atividade econômica (Hall et al., 2000); (2) o turismo como plataforma de valorização patrimonial (Getz & Brown, 2006); e (3) a identidade cultural como elemento diferenciador (Valduga et al., 2022). Essa tríade constitui o núcleo de um blueprint replicável, particularmente evidente em contextos

como Natuba-PB, onde a vitivinicultura se entrelaça com expressões culturais locais, conformando um modelo inovador de desenvolvimento territorial.

A abordagem do blueprint no enoturismo ganha especial relevância quando analisada sob a ótica da economia criativa (Pandey, Kulshrestha, 2021). O caso do artesanato em fibra de bananeira em Natuba demonstra como saberes tradicionais podem ser ressignificados como ativos econômicos e culturais, criando circuitos curtos de valor que materializam os princípios do *Blueprint for Sustainable Tourism*. Este modelo preconiza a criação de sistemas integrados onde a produção cultural gera benefícios econômicos diretos para as comunidades, ao mesmo tempo que preserva patrimônios imateriais (Becker et al., 2023).

A efetividade do blueprint depende criticamente de políticas públicas que atuam como facilitadoras do desenvolvimento endógeno (Vázquez-Barquero, 2009). Programas como a Lei Paulo Gustavo (2022) e Elas Empreendem (2024) exemplificam mecanismos institucionais que operacionalizam os princípios do blueprint, ao fomentarem a articulação entre capital territorial, participação social e valorização identitária (Pecqueur, 2000). Essas iniciativas criam as condições necessárias para que modelos locais, como o do grupo Fibrarte se configurem como paradigmas replicáveis.

O empoderamento feminino constitui elemento central neste blueprint territorial, particularmente em contextos rurais onde mulheres atuam como guardiãs de saberes tradicionais e agentes de inovação social (Scheyvens, 2000). A experiência de Natuba revela como o protagonismo feminino opera como catalisador de um modelo que combina: (1) valorização de recursos endógenos; (2) inovação em cadeias produtivas criativas; e (3) equidade de gênero como princípio organizador. Esta tríade alinha-se perfeitamente aos princípios do *Blueprint for Sustainable Tourism* (Galvin et al., 2021), que enfatiza a governança participativa e a inclusão social como bases para o desenvolvimento sustentável.

Os elementos constitutivos deste blueprint de desenvolvimento endógeno, economia criativa e empoderamento feminino criam um modelo robusto para compreender e reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento territorial. O enoturismo, nesta perspectiva, transcende sua dimensão econômica para se tornar um vetor de transformação sociocultural (Telg et al., 2022), onde cultura, natureza e equidade de gênero se articulam em um sistema sustentável e replicável.

O *Blueprint for Sustainable Tourism* oferece um referencial estratégico particularmente relevante para esta discussão (Hyun & Cho, 2014). Seus princípios incluindo uso sustentável de recursos, valorização da diversidade cultural, inclusão comunitária e monitoramento participativo (Becker et al., 2023), fornecem diretrizes claras para a adaptação do modelo de Natuba a outros contextos territoriais. Esta estrutura conceitual permite que experiências locais sejam analisadas, sistematizadas e potencialmente replicadas como modelos de desenvolvimento sustentável, configurando-se assim como verdadeiros blueprints para o desenvolvimento territorial.

3 METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem metodológica qualitativa de caráter exploratório-descritivo, utilizando o estudo de caso como estratégia para identificar e analisar os elementos constituintes de um blueprint de desenvolvimento territorial sustentável. A pesquisa foi estruturada em três fases alinhadas aos princípios do *Blueprint for Sustainable Tourism*: (i) mapeamento dos componentes do blueprint, envolvendo a identificação dos elementos-chave que compõem o modelo replicável; (ii) a análise da articulação entre dimensões econômicas, socioculturais e ambientais; e (iii) a verificação da aderência aos princípios de sustentabilidade turística. Este estágio inicial permitiu estabelecer os parâmetros analíticos que orientariam todo

o processo de investigação.

Para a coleta de dados, adotou-se uma estratégia de triangulação metodológica que combinou técnicas complementares de investigação. A observação não participante foi realizada em dois momentos distintos, durante uma capacitação das artesãs e em um dia de passeio turístico. O roteiro de observação foi estruturado em cinco eixos analíticos fundamentais, cada um correspondendo a uma dimensão do blueprint (capital territorial e desenvolvimento endógeno; integração enoturística e valorização patrimonial; inovação em cadeias criativas; governança e empoderamento feminino; e sustentabilidade e replicabilidade do modelo). Cada eixo continha indicadores específicos que permitiam avaliar sistematicamente a presença e intensidade dos elementos constituintes do blueprint.

Realizou-se uma análise documental abrangente, examinando as políticas públicas relevantes (como a Lei Paulo Gustavo e o programa Elas Empreendem), relatórios institucionais e registros de atividades do grupo Fibrarte. Esta análise auxiliou na identificação de elementos que pudessem contribuir para a construção de um modelo replicável em outros contextos territoriais. A combinação dessas técnicas de coleta permitiu capturar tanto as dinâmicas observáveis in loco quanto os contextos políticos e institucionais que sustentam a experiência estudada.

Para a análise dos dados, adotou-se uma abordagem de análise de conteúdo temática. O processo analítico desenvolveu-se em três etapas principais: na pré-análise, organizou-se o material coletado; na exploração do material, procedeu-se à codificação dos dados segundo os componentes previamente estabelecidos do blueprint; finalmente, na fase de interpretação, analisaram-se as relações entre os diversos componentes e identificaram-se padrões com potencial de replicação.

Os instrumentos de pesquisa tiveram o propósito de capturar os aspectos essenciais de um blueprint territorial. O roteiro de observação foi concebido como uma matriz de avaliação contendo dez indicadores binários ("adere"/"não adere") distribuídos pelos cinco eixos analíticos, além de critérios específicos para avaliação da replicabilidade do modelo e uma escala de maturidade do blueprint (classificando-o como incipiente, intermediário ou consolidado). Paralelamente, a análise documental seguiu um protocolo estruturado para identificar elementos de transferibilidade, mecanismos de articulação institucional e fatores críticos para replicação do modelo.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A atuação do grupo Fibrarte, ao acessar recursos através da Lei Paulo Gustavo, evidencia a potência das políticas públicas culturais no fomento a cadeias produtivas criativas em territórios rurais. Neste contexto, observou-se que essa experiência demonstra como o fortalecimento institucional, mesmo que pontual, pode gerar impactos estruturantes sobre a organização produtiva, a qualificação técnica e a visibilidade de grupos liderados por mulheres.

A aquisição de uma desfiadeira de fibra vegetal e de equipamentos complementares foi decisiva para ampliar a produtividade, padronizar os processos e garantir melhores condições de trabalho, aspectos fundamentais para a sustentabilidade da iniciativa (Costa e Martins, 2023). Este fato corrobora os argumentos de Almeida e Emmendoerfer (2023), ao indicarem que, quando há acesso efetivo a recursos institucionais, grupos locais são capazes de converter saberes tradicionais em arranjos produtivos sustentáveis, promovendo valorização territorial e geração de renda. Essa relação direta entre capital institucional e fortalecimento produtivo é também discutida por Vázquez-Barquero (1999), em seu trabalho seminal, ao relatar o apoio governamental como um dos três pilares do desenvolvimento endógeno, ao lado da mobilização de recursos locais e da participação ativa da comunidade.

Neste cenário, a experiência do grupo Fibrarte também apresenta forte convergência com os princípios do *Blueprint for Sustainable Tourism* (Galvin et al., 2021). O *Blueprint* preconiza a equidade de gênero, a conservação ambiental, a valorização da cultura local, a participação comunitária e o fortalecimento de economias locais como pilares fundamentais para o desenvolvimento territorial responsável (Becker et al., 2023). A prática artesanal da Fibrarte, ancorada em saberes tradicionais e promovida em contextos de enoturismo, exemplifica a operacionalização desses princípios. Ademais, a gestão participativa do grupo e a sua atuação como agente ativo nos roteiros turísticos locais alinham-se aos preceitos de governança participativa e inclusão produtiva sustentados pelo *Blueprint* (Becker et al., 2023).

Contudo, a análise do caso também revela fragilidades significativas. Apesar do alinhamento conceitual com programas como o "Elas Empreendem" (Brasil, 2024), não há evidências de articulação institucional direta entre a Fibrarte e tais mecanismos estruturantes de inclusão produtiva feminina. Essa ausência demonstra uma desconexão entre o potencial das iniciativas locais e os instrumentos de fomento federais, apontando para uma lacuna na efetividade das políticas públicas voltadas à economia criativa e à equidade de gênero em territórios rurais, conforme evidenciam Costa e Martins (2023).

Essa desconexão compromete a continuidade e a expansão da experiência, uma vez que torna o grupo dependente de editais pontuais, o que limita sua capacidade de planejamento de longo prazo. O trabalho de Ray (2001), ao discutir a noção de capital territorial, destaca que a ativação de recursos simbólicos, culturais e institucionais deve ocorrer de forma integrada e articulada para consolidar estratégias de desenvolvimento autônomas e sustentáveis. No caso de Natuba, observa-se que o grupo Fibrarte possui elevado capital social e cultural, mas ainda carece de um ecossistema institucional estável que assegure a continuidade das ações.

Torna-se urgente que a gestão pública municipal estabeleça pontes mais efetivas com programas estaduais e federais de incentivo à economia solidária e ao empreendedorismo feminino. A implementação de políticas estruturantes, o fortalecimento das capacidades técnicas e a criação de redes colaborativas são condições indispensáveis para que o grupo alcance maior sustentabilidade econômica e institucional. O caso da Fibrarte, na localidade de Natuba- PB, portanto, evidencia tanto o potencial quanto os limites das ações institucionais isoladas, reforçando a necessidade de políticas intersetoriais e integradas como condição para o pleno aproveitamento do capital territorial existente (Trindade, 2024), e para que os princípios globais do *Blueprint for Sustainable Tourism* se concretizem de forma localizada e inclusiva no semiárido paraibano.

4 CONCLUSÕES

Os principais achados revelam que a experiência do grupo Fibrarte, em Natuba- PB, não apenas mobiliza recursos naturais e saberes tradicionais herdados do contexto agrícola, mas também produz valor simbólico e impacto social ao transformar esses insumos em bens culturais inseridos em circuitos turísticos. A organização do grupo, marcada pela gestão horizontal, protagonismo feminino e enraizamento comunitário, mostra que formas não convencionais de produção podem gerar inclusão econômica e reconhecimento social.

A origem rural das integrantes do grupo Fibrarte e sua familiaridade com o manejo da bananeira atribuem agilidade, precisão técnica e autenticidade ao processo produtivo qualidades cada vez mais valorizadas. Essa vinculação entre repertório cultural e prática produtiva não apenas preserva saberes tradicionais, mas também os reposiciona como ativos econômicos e simbólicos. Além disso, a capacidade do grupo de mobilizar-se institucionalmente, como demonstrado no acesso aos recursos da Lei Paulo Gustavo, evidencia que, quando os conhecimentos locais são reconhecidos e legitimados por instrumentos públicos, eles podem ser convertidos em meios concretos de expansão produtiva, acesso a mercados e fortalecimento da autonomia socioprodutiva das mulheres envolvidas.

Esse processo converge diretamente com os princípios propostos pelo *Blueprint for Sustainable Tourism*, que enfatiza a centralidade da equidade de gênero, da inclusão comunitária, da governança participativa, do respeito à diversidade cultural e da valorização de práticas econômicas baseadas no território como fundamentos para um turismo mais justo e sustentável. A atuação da Fibrarte, nesse sentido, opera como um exemplo vivo da implementação de um turismo enraizado na realidade local.

Entretanto, a pesquisa também evidencia limites importantes, como a ausência de certificação formal das artesãs e a falta de políticas estruturantes de médio e longo prazo. Essas lacunas restringem o potencial de expansão e replicabilidade do modelo, além de perpetuarem a informalidade que fragiliza as condições de trabalho e de inserção em mercados mais amplos.

Como contribuição teórica, este trabalho reforça o entendimento de que o desenvolvimento endógeno deve ser compreendido não apenas como um conceito econômico, mas como um processo cultural, simbólico e político que emerge do território. A atuação da Fibrarte comprova que a articulação entre saberes tradicionais, turismo de base comunitária e práticas produtivas sustentáveis gera um ecossistema local capaz de resistir às lógicas de mercado excludentes e às políticas públicas descontínuas. Tais achados também reforçam o chamado do *Blueprint* para que as políticas públicas passem a reconhecer e investir em redes locais de criação e cuidado, especialmente aquelas lideradas por mulheres, como base legítima para uma transformação territorial sustentável.

Enquanto limitações, a pesquisa concentrou-se em um único grupo e contexto territorial, o que não permite generalizações, ainda que ofereça informações para extrapolação qualitativa. Diante disso, sugerem-se como caminhos para estudos futuros: a realização de pesquisas comparativas entre diferentes coletivos produtivos que operam em contextos rurais e turísticos; a investigação longitudinal sobre o impacto de políticas públicas como a Lei Paulo Gustavo e o programa *Elas Empreendem* na sustentabilidade de empreendimentos culturais liderados por mulheres em outras localidades; e a análise aprofundada dos efeitos subjetivos da prática artesanal na construção de identidades femininas em territórios marcados por desigualdades históricas.

Assim, o caso de Natuba, a partir da trajetória da Fibrarte, confirma que a cultura, quando associada ao território e à organização coletiva, pode ser força transformadora e emancipatória, não apenas econômica, mas também social, simbólica e política. O enoturismo, como ponte virtuosa para a atuação das artesãs nesta cadeia produtiva, cumpre um papel fundamental ao apoiar e institucionalizar práticas locais. Essa experiência reafirma a importância de políticas públicas que se construam a partir da realidade vivida, respeitem a diversidade cultural e fortaleçam o que já existe como potência nos territórios, conforme propõe o *Blueprint for Sustainable Tourism* em sua agenda de ação territorialmente situada e culturalmente sensível.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. C. de; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v. 11, n. 1, 2023.
- ARIAS, A. M.; GUTIÉRREZ, J. A.; LÓPEZ, M. Gender and rural entrepreneurship: A Latin American perspective. *Latin American Journal of Management for Sustainable Development*, v. 9, n. 1, p. 47–62, 2023.
- BECKER, N., FARJA, Y., GREENFELD, A., MARKOVA-NENOVA, N., & WÄTZOLD, F. (2023). A blueprint for addressing conflicts between ecotourism and farming from an economic perspective: The case of wintering crane conservation in the Hula Valley in Israel. *Ecological Economics*, v. 209, p. 107824, 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jul. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino – Elas Empreendem*. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/assuntos/elasempreendem>. Acesso em: 4 jul. 2025.

COSTA, K.; MARTINS, S. Políticas culturais no Brasil: do golpe à Paulo Gustavo. *Revista Observatório da Diversidade Cultural*, v. 100, n. 2, p. 54–68, 2023.

FILIFE; REBELO, L.; PIZZIO, A. Viticultura, ocio y desarrollo regional: enoturismo en el Valle del Río São Francisco. *Revista de Estudios Brasileños*, v. 8, n. 17, p. 135–145, 2023.

GALVIN, D. et al. A post COVID19 blueprint for sustainable tourism in small Island developing states. In: *COVID-19: Paving the Way for a More Sustainable World*. [S. l.]: Springer International Publishing, 2021. p. 61-78.

GALVIN, J. E. et al. Early stages of Alzheimer's disease: evolving the care team for optimal patient management. *Frontiers in Neurology*, v. 11, p. 592302, 2021.

GETZ, D.; BROWN, G. Critical success factors for wine tourism regions: a demand analysis. *Tourism Management*, v. 27, n. 1, p. 146-158, 2006.

HALL, C. M.; MITCHELL, R. Wine tourism in the Mediterranean: A tool for restructuring and development. *Thunderbird International Business Review*, v. 42, n. 4, p. 445-465, 2000.

HYUN, M. C.; CHO, B. Y. A Study on the Improvement of Service Quality in Medical Tourism by Combining Service Blueprint and AHP. *Journal of the Korea Academia-Industrial Cooperation Society*, v. 15, n. 4, p. 1895-1904, 2014.

PANDEY, A.; KULSHRESTHA, R. Service blueprint 4.0: a service design for hotels beyond covid-19. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, v. 1, n. 5, p. 610-621, 2021. <https://doi.org/10.1108/whatt-05-2021-0076>

RAY, C. *Culture economies: A perspective on local rural development in Europe*. [S. l.]: Centre for Rural Economy, 2001.

SCHEYVENS, R. Promoting women's empowerment through involvement in ecotourism: Experiences from the Third World. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 8, n. 3, p. 232–249, 2000.

TRINDADE, J. B. A abordagem do desenvolvimento endógeno: os novos rumos da vitivinicultura para Santana do Livramento/RS. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 18, n. 1, e-2680, 2024.

VALDUGA, A. T.; GABARDO, L.; MINASSE, M. A. O valor das paisagens vitivinícolas para o enoturismo no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, v. 33, n. 3, p. 437–458, 2022.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Una salida territorial a la crisis: lecciones de la experiencia latinoamericana. *EURE (Santiago)*, v. 35, n. 105, p. 5-22, 2009.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. *Desarrollo endógeno: Conceptos y estrategias para el desarrollo local*. Madrid: Síntesis, 1999.

ZAKARIA, Z.; HUA, A. K. Exploring the Cultural Tourism of Malaysia: A Comprehensive Review. *Sustainable Environmental Insight*, v. 1, n. 2, p. 96-107, 2024.